



## RIO GRANDE DO SUL

# SINDICATO DEFENDE PRESENÇA DE VIGILANTES NAS ESCOLAS DO ESTADO



Diretores alertaram que vigilantes são garantia de segurança na rede escolar

A direção do Sindivigilantes do Sul foi convidada e compareceu, terça-feira (03), a uma audiência pública da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, convocada pela deputada Sofica Cavedon (PT-RS) para tratar das políticas de educação e problemas nas escolas estaduais na gestão do governador

Eduardo Leite (PSDB-RS).

Dois assuntos tiveram destaque nas várias manifestações e debates ao microfone, que começaram durante a manhã e se estenderam até o início da tarde: os fechamentos de turnos e turmas nas escolas e a demissão de vigilantes.

Pelo sindicato estavam presentes os

diretores Marcos Barreto, Luiz Henrique Aguiar e Gerson Farias. O presidente Loreni Dias também compareceu mas precisou se retirar antes do final, devido a outros compromissos.

Convidados a falar, os diretores se manifestaram fortemente contra as demissões de cerca de 80 colegas que trabalhavam nas escolas. Também ressaltaram que o trabalho do vigilante é, muitas vezes, desrespeitado e negligenciado:

“Além de assegurar a segurança da escola, o vigilante também tem preparo para combater incêndios e prestar os primeiros socorros”, afirmou Aguiar.

Marcos Barreto, inclusive, foi um dos demitidos e reforçou o trabalho de prevenção do profissional de segurança. “Onde os vigilantes estão presentes não há problema de violência nas escolas”, assegurou.

“Nós como sindicato estamos sensibilizados com essa situação, porque esse governo que está precarizando a educação, fechando turnos, está demitindo vários pais e chefes de família que com seu trabalho garantem a segurança de pais professores, funcionários e alunos”, disse Farias.

Ainda por cima, acrescentou, conforme os relatos dos trabalhadores, a empresa Prisma já comunicou que, como Estado não tem verba para pagar pelo serviço, vai fazer rescisões zeradas, sem o pagamento das verbas rescisórias dos demitidos, e os vigilantes terão que buscar seus direitos na Justiça.

### **Fechamento de turnos**

Sobre o fechamento de turnos nas escolas, a professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Nossa Senhora do Rosário,

Mirian Torres, por exemplo, afirmou que o impacto será enorme para os jovens da sua cidade.

“A nossa escola também é um espaço que mantém os alunos longe da violência e das drogas. Em um único turno, é impossível fazer o atendimento e ter a estrutura física para atender 300 jovens. O fechamento é um crime contra a educação”, protestou.

Segundo Rosane Lattuada, diretora da Escola Professor Carlos Rodrigues, de Porto Alegre, a Secretaria de Educação do Estado (Seduc) sequer comunicou o fechamento de turno na escola. “Não houve o comunicado de fechamento de turno, mas sim o bloqueio no sistema de matrículas para o turno da tarde. Então, o governo estadual sequer dialoga conosco”, afirmou.

A diretora citou as melhorias realizadas no local nos últimos quatro anos. “Tivemos reformas para melhorar a acessibilidade na escola e isso para quê? Para fecharem o turno agora? É um desperdício do dinheiro público”, lamentou.

A presidente do Sindicato dos Professores (CPERS), Helenir Aguiar Schürer, disse que “todos precisam estar unidos na defesa e proteção das crianças que querem estudar e merecem que a educação seja de qualidade”.

Em meio à reunião, a deputada Sofia Cavedon agendou junto à Secretaria da Educação uma reunião para apresentar as demandas das escolas atingidas e tentar reverter os fechamentos de turnos e demissões que estão ocorrendo.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

# ENCONTRO DAS VIGILANTES PELO DIA DA MULHER FOI UM SUCESSO



Superou as expectativas e foi um sucesso o encontro promovido pelo Sindivigilantes do Sul em homenagem às mulheres vigilantes, no final da tarde de ontem (04), no auditório Sindicato dos Ferroviários. A confraternização marcou, para a categoria, a passagem da Semana das Mulheres e o Dia Internacional da Mulher, que acontece domingo, dia 08 de março.

Além da comemoração, o evento também teve um momento de reflexão sobre a data, sobre a situação das mulheres e o compromisso de todas com a continuidade da luta feminista por igualdade, por mais direitos e pelo fim da violência contra a mulher.

Prestigiaram o encontro, além do presidente Loreni Dias e a diretoria do sindicato, representantes da Clinicentro, uma das maiores clínicas médicas do Rio Grande do Sul, com quem o sindicato mantém um convênio para

consultas e exames a preços acessíveis, e a representante dos produtos da linha Mary Kay, que frequentemente realiza feiras na sede do sindicato.

As diretoras Elisa Araújo e Rosane Schmitt receberam as vigilantes para o coquetel, muitas saindo direto do trabalho para o encontro, e ao final realizaram o sorteio de vários brindes. Antes, Elisa agradeceu a todas pelo comparecimento, ressaltando que era um evento simples, mas de grande significado para as mulheres da categoria e que muitos outros ainda vão acontecer.

## **Ranking do feminicídio**

Em seguida, leu um texto sobre o Dia Internacional da Mulher. Entre outras coisas, lembrou que o Brasil é o quinto país no ranking da violência contra as mulheres, num total de 84 países pesquisados pela ONU. Pelo menos

três mulheres são vítimas de feminicídio por dia no País, alertou.

“No Rio Grande do Sul, entre 2017 e 2018 os casos de feminicídio aumentaram mais de 40 por cento e, em cada 10 feminicídios que acontecem no Brasil, um é cometido no Rio Grande do Sul”, destacou. A diretora afirmou também que ainda há muito caminho pela frente para as mulheres conquistarem mais igualdade, respeito aos seus direitos e o fim

dessa violência.

“Por isso estamos juntas, porque juntas e unidas somos mais fortes e vamos conquistar muito mais, por nós mesmas, pelas nossas filhas e filhos, e assim ajudaremos a construir uma sociedade melhor, com justiça, igualdade e sem violência contra a mulher. Viva o Dia Internacional da Mulher, Vivam todas as mulheres!”, concluiu.

**Veja, abaixo, a íntegra do texto.**

### **08 de Março, Dia Internacional da Mulher**

Há muito tempo as mulheres lutam por seus direitos no mundo todo. Desde o direito ao voto, até o direito de poder trabalhar, isso custou muita luta, sacrifícios e também muitas vidas, de milhares de mulheres guerreiras que nos antecederam.

Em 1975, o dia 8 de março foi instituído como o Dia Internacional da Mulher, pela ONU. A data é comemorada em mais de 100 países como um dia de protesto por igualdade, respeito e mais direitos, comparável ao Dia das Mães em importância.

Por que marcar essa data?

Estes são alguns motivos:

- Mesmo estudando mais e sendo a maioria da população do país (51,7%), segundo o IBGE, as mulheres são as que mais sofrem com o desemprego, ganham menos e passam mais tempo ocupadas com tarefas domésticas do que os homens.

- Conforme o DIEESE, em 2019, o rendimento mensal médio das mulheres foi 22% menor do que o dos homens em todo o Brasil. Na média nacional geral, elas ganharam R\$ 1.958,00 por mês contra R\$ 2.495,00 dos homens.

- O desemprego atinge 13% das mulheres e 10% dos homens.

- A situação é pior ainda entre as que são responsáveis pela casa, as chefes do lar, que criam os filhos, pagam as contas e fazem todas as tarefas da casa. Neste grupo, 9% das chefes do lar estavam desempregadas no final de 2019, contra 5% dos homens.

Além disso:

- O Brasil é o quinto país no ranking da violência contra as mulheres num total de 84 países pesquisados pela ONU.

- Pelo menos 3 mulheres são vítimas de feminicídio por dia no Brasil.

- No Rio Grande do Sul, entre 2017 e 2018 os casos de feminicídio aumentaram mais de 40 por cento.

- Apesar disso, de um total de 496 cidades, apenas 22 têm Delegacia da Mulher.

- E em cada 10 feminicídios que acontecem no Brasil, um é cometido no Rio Grande do Sul.

Por tudo isso, essa é uma data que temos para celebrar e comemorar a força da mulher, de comemorar todas as conquistas que já tivemos.

Mas é preciso também lembrar tudo que ainda precisamos enfrentar para que as mulheres realmente sejam respeitadas e valorizadas, para que tenham até mesmo direito à suas vidas protegido e garantido.

Por isso estamos juntas, porque juntas e unidas somos mais fortes e vamos conquistar muito mais, por nós mesmas, pelas nossas filhas e filhos, e assim ajudaremos a construir uma sociedade melhor, com justiça, igualdade e sem violência contra a mulher.

Viva o Dia Internacional da Mulher. Vivam todas as mulheres!

Fonte: Sindvigilantes do Sul

## BAHIA

# SEVIBA/EDUCAÇÃO – PAGAMENTO PROCESSO: 100 MIL PARA 8 COLEGAS JÁ DISPONIVEL NO SINDICATO



A justiça liberou para 8 dos 10 colegas num processo Seviba/ Educação mais de 100 mil reais, pagos pelo Governo do Estado, condenado como co-responsável.

A espera, evidente, é longa e sofrida. É a luta e o desafio de buscar os nossos direitos.

Os cheques já estão disponíveis no Sindicato.

Compareça ou entre em contato e não esqueça da CTPS (com assinatura da Seviba), RG, CPF e prova de residência.

Para todos ex-Seviba/Educação é bom lembrar:

- Cada 10 trabalhadores é um processo, tramitando em varas diferentes. Não vale seguir a informação do outro;

- Todo vigilante deve ter o numero do seu processo em mãos e acompanhar o andamento diretamente, sem intermediário, no site do TRT ([www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br));

- Com a informação em mãos, o colega pode esclarecer duvidas no Sindicato;

Confira seu nome no site da entidade e usufrua da sua conquista.

Parabéns!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

## Campanha de Doação de Sangue dos Vigilantes de Barreiras/BA é um sucesso em adesões

### Os vigilantes de Barreiras, na Bahia, aderiram em massa, à campanha iniciada pelo Sindicato.



Vários colegas aceitaram participar do ato de doação para ajudar o próximo. Venha você também.

Atenção companheiros (as) vigilantes sangue bom, de Barreiras e região, cole em nossa campanha e seja um doador.

“Fazer o bem sem olhar a quem”

Você é a esperança de muitos.

“Doar sangue não é apenas um ato de solidariedade, é um ato de vida, um ato de cidadania. A doação é voluntária e pode beneficiar qualquer pessoa, independente do parentesco.”

O seu ato salva vidas, doe

# Relator faz mudanças e votação da MP 905 fica para a semana que vem

**Votação da medida sobre a carteira de trabalho “verde e amarela” em comissão mista foi remarçada para a próxima terça-feira**



A votação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 905 foi novamente adiada, desta vez para a próxima terça-feira (10), às 13h. Estava marcada para o dia 04, mas o relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ), apresentou uma complementação de voto, alterando alguns itens de seu parecer. Na reunião da comissão mista formada para debater a 905, ele explicou as mudanças e afirmou que a MP “não tem motivação de substituição de mão de obra”.

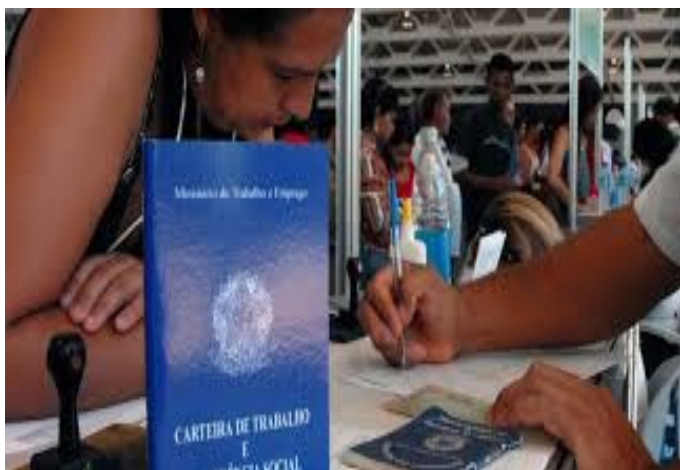
“Essa medida olha para o cotidiano”, afirmou Aureo, ao lembrar que os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. A MP 905, que recebeu mais de 1.900 emendas, cria o chamado “contrato de trabalho verde e amarelo”, reduzindo direitos para tentar estimular a contratação de jovens de 18 a 29 anos. O relator ampliou o público para trabalhadores com mais de 55 anos, e por isso aumentou de 20% para 25% o percentual de possíveis contratados, em uma empresa, dentro dessa modalidade. A expansão percentual “visa acomodar o incremento da faixa 55+”, justificou.

Entre as mudanças, a cobrança previdenciária para quem recebe seguro-desemprego passa a ser opcional. “Não entendemos como cabível colocar compulsoriamente”, disse o relator. Ficam mantidas as reduções da alíquota do FGTS (de 8% para 2%) e da multa na demissão (de 40% para 20%). A medida possibilita trabalho aos domingos e feriados em várias situações. Confira aqui o relatório que será votado na semana que vem. O presidente do colegiado, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), justificou o adiamento afirmando que “o acordo, o diálogo, é melhor que o enfrentamento”.

Presente à sessão, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, comparou a proposta ao trabalho escravo. “A MP, na verdade, é o desmonte de todos os direitos da classe trabalhadora, que conquistamos ao longo de 100 anos. Queremos emprego, mas emprego de qualidade, bem remunerado”, afirmou, lembrando do ato do próximo dia 18, com centrais sindicais e movimentos sociais, por direitos e democracia.

**FONTE: REDE BRASIL ATUAL**

# Governo deixará de arrecadar R\$ 10,6 bilhões em cinco anos com a carteira verde e amarela



A Medida Provisória 905/2019, conhecida como “MP do Contrato Verde e Amarelo”, deverá impor ao país uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 10,6 bilhões ao longo de cinco anos. O dado é um dos destaques de uma nota técnica divulgada nesta segunda-feira (2) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O estudo se baseia em cálculos feitos pela Secretaria da Receita Federal e outros órgãos.

De acordo com o economista do Dieese, Clóvis Scherer, autor da análise, cada “emprego verde e amarelo” representa R\$ 1.630,76 a menos de arrecadação por mês ao Estado, quase R\$ 20 mil por ano.

O Dieese ressalta que a maior parte do decréscimo, o equivalente a R\$ 9,7 bilhões, irá impactar diretamente o orçamento da União, incluindo, por exemplo, Previdência pública e salário-educação. Também seria afetado o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senar, Senat, SESCOOP e Sebrae), que teria uma perda orçamentária de R\$ 866 milhões, por conta dos benefícios fiscais concedidos pelo governo Bolsonaro a empresários que aderirem à modalidade em suas companhias.

Considerada uma das medidas mais polêmicas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a MP recebeu cerca de 1.930 emendas (sugestões de alteração) por parte de deputados

e senadores e deve ser votada pela primeira vez na próxima quarta-feira (4), na comissão mista que avalia a pauta no Congresso Nacional.

A modalidade do “contrato de trabalho verde e amarelo” prevista na MP 905 é destinada a contratos fixados por tempo determinado e voltados à contratação de jovens com idade entre 18 e 29 anos, seja para atividades permanentes ou temporárias. Pelas regras, o salário não pode ser maior que um salário mínimo e meio, o que corresponde a R\$ 1.567,50, pelos valores atuais.

Entre outras coisas, a MP desonera o empregador da contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do salário-educação e das contribuições para o Sistema S e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A medida também reduz o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 8% para 2% e a multa rescisória sobre o saldo dos depósitos no FGTS, que cai de 40% para 20%. Por esse motivo, a MP vem sendo apelidada de “bolsa-patrão”.

“Cara e ineficiente”

A norma entrou em vigor na primeira quinzena de novembro do ano passado. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que, em 2019, o saldo entre contratações e desligamentos de contratos celetistas foi de 644 mil postos de trabalho porque as admissões de trabalhadores jovens se deram em número maior que as demissões. Ao todo, o Caged registrou a geração de cerca de 1 milhão de empregos celetistas entre jovens de 18 a 29 anos.

O Dieese destaca que, apesar de haver, no país, um elevado número de jovens desocupados e, portanto, disponíveis para atuarem no mercado, os dados do Caged sugerem que não tem havido “problemas com a demanda por esse tipo de trabalhador”, o que contrapõe,

em certa medida, a justificativa utilizada pelo governo para criar a nova modalidade.

“O que sustentou o emprego formal foi justamente a demanda por trabalhadores jovens. Enquanto isso, os trabalhadores adultos perderam postos de trabalho”, aponta a nota técnica, acrescentando que as contratações celetistas em primeiro emprego representaram 85% do total registrado pelo Caged.

O Dieese analisa que tais jovens seriam contratados ainda que não houvesse incentivo aos empresários. Como a MP desonera a folha, Clóvis Scherer aponta que a medida impõe ao Estado um ônus fiscal desnecessário. Para o economista, a política é “cara e ineficiente” porque as projeções mostram que, em cinco anos, serão gerados apenas 256 mil empregos adicionais por parte do programa. O número é da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

O economista afirma que essa é uma “parcela diminuta em relação ao total de empregos gerados no país para essa faixa etária”.

“Muitos empregos que já seriam gerados de qualquer maneira vão ser desonerados, de forma que, de cada 100 empregos que vão utilizar a modalidade da carteira verde e amarela, 85 não serão gerados especificamente pelo programa, e sim apenas 15. Veja que o custo fiscal é muito elevado”, sublinha Scherer.

### **Salários**

A análise projeta ainda que a MP tende a provocar um rebaixamento dos salários. Isso porque as novas regras preveem que, além da desoneração, o empregador pode, por exemplo, diluir no pagamento mensal o 13º salário e a gratificação de férias de um terço.

“É uma jogada que, claro, nesta situação que temos no mercado de trabalho, tende a se consagrar como uma redução do patamar salarial. Estamos com um mercado que favorece claramente quem contrata hoje. Dada a falta de emprego, quem oferece um emprego está numa posição bem vantajosa pra negociar com quem está procurando uma colocação”, afirma Scherer.

Como as medidas provisórias têm vigência imediata, a situação descrita pelo Dieese já é vivida por alguns trabalhadores, como é o caso da vendedora Adriana Freitas, de 22 anos. Formada há um ano em Direito, ela não conseguiu

uma colocação em sua área de trabalho e resolveu partir para a busca de possibilidades de emprego em outros segmentos. Depois de 13 meses de procura, conseguiu vaga em uma companhia de serviços de estética, mas dentro das regras já fixadas pela MP.

“Eles me ofereceram um salário de R\$ 1.300, mas aí falaram que isso já inclui a parcela do 13º. Não vou dizer pra você que estou exatamente infeliz, afinal, eu estava parada há um tempo e isso é um problema muito grande pra qualquer pessoa, mas é claro que um emprego desses não é o que os jovens buscam para si. Fiz um investimento de quatro anos num curso de graduação particular e veja onde estou agora”, lamenta Adriana.

### **Direitos trabalhistas**

Scherer destaca ainda que a MP não só prejudica a arrecadação e promove a perda de remuneração como afeta outros direitos trabalhistas. Um deles diz respeito ao adicional de periculosidade, pago a pessoas cuja atividade impõe risco de vida.

Pelo texto proposto, o percentual pago passaria de 30% para 5%, caso seja feito acordo individual que possibilite a substituição deste por um seguro a ser contratado junto a uma companhia de seguros privada. No caso, o adicional passa a ser exigido somente se houver exposição a esse tipo de risco em 50% da duração da jornada do trabalhador. Na prática, a mudança pode trazer diminuição dos custos com redução da cobertura.

### **O economista do Dieese chama atenção ainda para outro aspecto relacionado a isso:**

o programa criado pelo governo favorece a contratação de jovens de primeiro emprego para ocuparem postos de trabalho que envolvam periculosidade.

“Acho extremamente problemático pessoas que estão no seu primeiro emprego terem que desempenhar atividade com esse tipo de risco, inclusive com subsídio. Acho que a gente deveria discutir se isso é uma atitude responsável por parte de quem está fazendo uma política pública. E, se um jovem tem um acidente, por exemplo, isso vira um custo pra sociedade pelo resto da vida dele. Acho que a sociedade brasileira precisaria pensar melhor nisso”, defende Clóvis Scherer.

Fonte: Rede Brasil Atual



# INSS atrasa pagamento de auxílio-doença para quem recebe menos que o salário mínimo

**Falta de decreto do governo Bolsonaro impede que trabalhadores que ganham menos que o salário mínimo recebam auxílio-doença, mesmo após o INSS garantir o benefício**



A má-gestão do governo de Jair Bolsonaro prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras que mais dependem das políticas públicas para sobreviver.

Quase quatro meses após a promulgação das novas regras da Previdência, o governo ainda não editou um decreto regulamentando como o trabalhador que ganha menos de um salário mínimo (R\$ 1.045,00) poderá contribuir

ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Sem o decreto, estão atrasando os pagamentos do auxílio-doença dos trabalhadores que entraram com pedido do seguro após a reforma da Previdência, mesmo depois da perícia do INSS comprovar o direito ao benefício.

O problema é que a reforma, promulgada em novembro do ano passado, determina que o mês que o trabalhador ganha menos do que o

salário mínimo, só contará para a aposentadoria e benefícios se ele compensar a diferença, pagando ao INSS o que falta para alcançar a contribuição mínima. Mas até agora o governo não fez um decreto que regulamentando como isto deverá ser feito.

Antes da mudança na legislação, os trabalhadores, em atividades intermitentes ou de meio período, que ganhavam abaixo de um salário mínimo, tinham o valor do mês contribuído somado ao tempo de contribuição para ser usado no cálculo do valor do benefício e ter direito à aposentadoria.

O advogado previdenciário Pedro Saglioni Faria Fonseca, diz que os atrasos, que prejudicam os mais pobres, são de responsabilidade do Poder Executivo e dos órgãos legislativos, que criam leis, não dialogam e não verificam as necessidades e dificuldades de implantar a medida aprovada.

“Em hipótese alguma deveriam alterar a legislação com a falta de regulamentação. Essa inércia prejudica milhares de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, especialmente em casos de incapacidade”, afirma.

Pedro Saglioni diz ainda que administrativamente o INSS nunca foi consultado para promover as mudanças que a reforma da Previdência impôs aos segurados,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

e essa mudança brusca na legislação, que demandaria rapidez na implantação do novo sistema, só prejudica o segurado.

Não se pode admitir o retardo no pagamento do auxílio-doença, que tem caráter alimentar. Isto é uma ofensa à subsistência do segurado, que precisa de requisitos mínimos para sobrevivência. É uma ofensa à sua dignidade-  
Pedro Saglioni Faria Fonseca

Defensoria Pública e advogados devem ser acionados

Para o advogado previdenciário, a solução para pôr um fim a esses atrasos do INSS é difícil porque existe um buraco, uma lacuna, na legislação. E, só resta aos trabalhadores consultarem um advogado especialista em Previdência ou a Defensoria Pública.

Segundo Pedro Saglioni, o segurado pode pedir uma medida antecipatória que permita que mesmo com a legislação ausente, ele seja favorecido. Ainda de acordo com o advogado, os valores do auxílio-doença poderiam ser depositados em juízo até o governo resolver essa pendência.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF